

# Crianças

## Sumário

# mulheres

### Apresentação 10

Érika Oliveira Amorim e Jairo Barduni Filho

### Capítulo um 16

#### Mulheres e violências: quando a sociabilidade favorece o silenciamento

Érika Oliveira Amorim e Maria Beatriz Nader

### Capítulo dois 51

#### O fenômeno *bullying* como uma interface da violência escolar: concepções teóricas e a experiência da prática escolar

Jairo Barduni Filho, José Vitor Lemes Gomes, Júnia Marina Sousa Freitas, Maria Cristina Lebron de Sousa, Daisy Ribeiro Lima e Glaciele Aparecida de Oliveira

### Capítulo três 83

#### Ações afirmativas e diversidade: trajetória e desafios da Universidade do Estado de Minas Gerais

Kelly da Silva e Rayssa de Cássia Almeida Remídio

# negritudes

# Apresentação

Esta obra é o resultado de encontros e inquietações oriundos do ambiente acadêmico, envolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Universitária e tendo como especificidade o enfoque em ações de três unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), localizadas nas cidades de Cláudio, Carangola e Ubá, interior do estado.

O que apresentamos enquanto escrita neste livro é fruto de uma ação coletiva entre pesquisadores amigos que se voltam para as problemáticas relacionadas aos direitos humanos e à educação. As discussões apresentadas aqui provocaram-nos reflexões no campo intelectual e experiencial. Como aponta Larrosa (2002), a experiência é diferente de informação, e sabemos que a Universidade, por excelência, é um espaço da ciência; contudo, também pode ser o dos encontros, das paixões, das amizades, da generosidade e dos conflitos inerentes ao convívio entre as diferentes singularidades.

Portanto, o nosso encontro para a publicação das pesquisas contidas neste livro foi permeado pela paixão pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, fundamentado na crença destes como integrantes de um processo formativo que viabiliza a troca de saberes entre Universidade e Sociedade.

A escrita está imbuída de coragem, palavra que nos move. Como diria Hesse (2005): “ não se deve temer a ninguém. Quando temos medo de alguém é porque demos a esse alguém algum poder sobre nós” (p. 54). Neste sentido, esta coletânea constitui-se enquanto encontro de coragem entre pesquisadores que, com suas ações de pesquisadores, extensionistas e estudantes, buscam fazer a diferença no universo acadêmico, ainda tão resistente em ouvir os fenômenos que ocorrem fora da sala de aula, para além dos muros universitários.

Temos a convicção de que ainda permanece uma distância entre o mundo universitário e o mundo cotidiano e entre a teoria e a prática, influenciadas pela concepção positivista e cientificista da qual a Universidade é herdeira.

Enquanto pesquisadores e educadores que somos, buscamos dar à sociedade, através destes textos, o retorno do que nos foi ofertado como oportunidade de observação, análise e questionamento de nossos cotidianos. Este material contém, além de nossas experiências de empoderamento profissional, nossos olhares vinculados aos temas de gênero e feminismo, *bullying* escolar e políticas de ações afirmativas.

Tais temáticas, sobre as quais nos debruçamos há algum tempo, preocupam-nos ainda mais, já que vivenciamos um contexto histórico singular, sobretudo entre os anos de 2013 e 2018, no tocante aos direitos humanos e sociais. Retrocessos nas esferas sociais, políticas e econômicas têm nos afligido e gerado cenários de inseguranças e incertezas.

Múltiplas violências contras as mulheres, sobretudo negras, contra militantes e ativistas, fazem com que figuremos no topo das estatísticas, e o Brasil destaca-se como o país que mais mata travestis, mulheres, negros e homossexuais.

Neste momento em que escrevermos este livro, estamos cientes de que somos parte constituinte desse contexto de violências e esperamos que esta publicação constitua instrumento de luta, mormente de luta acadêmica. Dessa maneira, queremos fazer com que nos ouçam em

nossos incômodos de pesquisadores sociais preocupados com o amanhã, com o que será de nossas comunidades, que nem sempre são violentas, mas que, quase sempre, são violentadas em nosso país.

Assim, convidamos leitoras e leitores para conhecerem nossas experiências e as de nossos objetos de estudo, sistematizados e dispostos em três capítulos, centrados nos temas da violência de gênero, da violência escolar e da violência da discriminação racial.

No primeiro capítulo deste livro, é apresentada parte da Pesquisa “Mulher e patriarcado: um estudo de caso sobre a violência contra a mulher em Carangola (2006-2016)” desenvolvida pelas historiadoras Érika Oliveira Amorim e Maria Beatriz Nader. Esse texto trata do silenciamento da violência contra a mulher em Carangola, cidade da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, e se sustenta no fato de que, sob as influências do patriarcado – enquanto sistema de dominação e subjugação das mulheres – e do tipo de sociabilidade local, os casos de violências domésticas e conjugais são silenciados. Parte desse estudo foi realizada com apoio do Edital PAPq 03/2017, que contemplou o financiamento da bolsista Nathalia da Silva Pereira, do curso de licenciatura em História, da Unidade Carangola.

No segundo capítulo deste livro, os professores e pesquisadores Jairo Barduni Filho, José Vitor Lemes Gomes, e as voluntárias Júnia Marina Sousa Freitas, Maria Cristina Lebron de Sousa, Daisy Ribeiro Lima e Glaciele Aparecida de Oliveira apresentarão uma contribuição relevante para a área de educação e para a ciência específica da Sociologia da Educação. Os professores, com base em uma ação de extensão, dialogam com o clássico conceito Bourdiano de Violência simbólica e refletem a respeito de como as escolas brasileiras convivem com a violência escolar, mais especificamente com o *bullying* escolar.

*Bullying* este que foi possível coletar dados no tocante à ação empírica de extensão em duas escolas do ensino básico da cidade de Cláudio-MG. Tais dados revelaram a presença do fenômeno que, para além das características já identificadas pela pesquisadora Cléo Fante (2005),

traz as especificidades locais, que tornam instigantes o modo de perceber (por meio de desenhos, questionários e dinâmicas realizadas com elas) das crianças do ensino fundamental em relação ao tema e como elas também conseguem desconstruir aquilo que é construído na prática social, o preconceito e os estereótipos que provocam um *apartheid* escolar. Interessante também é a fala das professoras, que, não diferente, revelam suas preocupações, suas experiências passadas em suas épocas escolares e o modo como elas também sofreram com esse mal escolar.

No terceiro e último capítulo, contamos com a colaboração de Kelly da Silva e Rayssa de Cássia Almeida Remídio, que voltaram seus olhares para o prisma da Lei das Cotas Raciais. Na UEMG, as cotas tiveram início no ano de 2005. Trata-se de uma exigência da lei estadual 15.259, de julho de 2004, que obriga as instituições do estado de Minas Gerais a separarem, em cada curso, 20% das vagas para afrodescendentes, desde que carentes; mais 20% para candidatos que estudaram em escolas públicas; e outros 5% para deficientes e indígenas. O objetivo do trabalho é discutir aspectos relativos às ações afirmativas, especialmente cotas raciais, e conhecer as experiências e os efeitos da política de cotas para entrada e permanência de mulheres negras na UEMG. Inerente às relações raciais, encontram-se as relações de gênero, pois, para a mulher negra, a relação com os espaços torna-se ainda mais restrita e invariável. Tal cenário vem se modificando frente às conquistas do movimento negro e da população carente, por meio da implementação da política de cotas nas universidades desde 2004 e de sua aprovação como política igualitária e sancionamento em agosto de 2012. Na UEMG, a polêmica da distribuição de vagas marcou, em 2006, o vestibular da universidade. Para a maioria dos estudantes, a cota seria injusta, com o argumento de que:

enquanto a maioria dos candidatos precisa eliminar até 32 pessoas, dependendo do curso, para ter um lugar na instituição, nesta edição do concurso o esforço dos inscritos na política de cotas será praticamente nulo. Sendo negro, indígena ou deficiente físico, basta marcar um ponto em cada prova para ter acesso à graduação.

A UEMG é uma das primeiras universidades do estado a implantar o sistema, junto com a Unimontes. Segundo reportagem de Fabricio Fabrini, para quem não tem acesso ao benefício, a política criada para corrigir a injustiça social criou mais injustiça. Esse discurso apresenta-se não só como discriminatório, mas desanimador frente aos demais problemas que os cotistas têm de enfrentar em sua trajetória acadêmica. Mas Cíntia Margarida Vieira Santos, que veio da escola pública, rebate: “Competimos com pessoas de classes sociais mais altas, que tiveram mais oportunidade de se preparar. Se não for assim, nunca conseguiremos passar no vestibular”. Ao pesquisar sobre a inserção das cotas na UEMG, deparamo-nos já a princípio com esses argumentos, que questionam a importância dessa política pública, o que significa que todo trabalho de valorização e aprofundamento do tema na universidade será de conscientização e, sem dúvidas, de alguns enfrentamentos.

Essa obra vislumbra ainda ser ferramenta de estímulo para o rompimento das amarras das violências – veladas ou explícitas – que sujeitaram ou ainda sujeitam o público que participou de nossos estudos. Às mulheres, jovens, adolescentes e crianças, que foram o mote que envolveram as ações dos Projetos de Pesquisa e Extensão aqui apresentados, o nosso respeito!

Abril / 2019  
**Os organizadores**

## Referências

HESE, Hermann. **Demian**. Tradução de Ivo Barroso. 36. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Tradução: João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, nº 19, p. 20-28, Jan/Fev/Marc/Abr. 2002.